

1.)DOCTRINA NACIONAL

1.1 A arguição de descumprimento de preceito fundamental e o direito anterior à Constituição de 1988 - ANTONIO G. MOREIRA MAUÉS e PATRICK MENEZES COLARES

1.2 Do acesso à Justiça: Juizados Especiais Cíveis - APARECIDA DINALLI e JORGE ANTONIO CONTI CINTRA

1.3 Engano inominável: a EC 19/98 e os estrangeiros na Administração Pública - MARIA GARCIA

1.4 O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à educação — SERGIO ALVES COMES

1.5 Aspectos juspedagógicos da educação — EDIVALDO M. BOAVENTURA

1.6 Biodireito: o Direito da Vida — ANA LAURA VALLARELLI CUTIERRES ARAUJO

1.7 Da proteção à liberdade de religião ou crença no Direito Constitucional e Internacional - LOURDES SIMA SANTOS

1.8 A reclamação constitucional e a sua impositividade para o Estado Democrático de Direito - LEONARDO L. MORATO

1.9 Breves considerações a respeito do sistema constitucional tributário brasileiro - NÉLIDA CRISTINA DOS SANTOS

1.10 Ação declaratória de constitucionalidade: análise da jurisprudência — ANDRÉ BRAUERMAN

1.11 Tipicidade antijuridicidade e culpabilidade nas infrações administrativas - EDUARDO SENS DOS SANTOS

1.12 Analogia — CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER

1.13 A *dedução* do princípio da Democracia em Habermas — DELAMAR, JOSÉ VOLPATO DUTRA

1.14 A liberdade de culto e o direito dos animais não-humanos — DANIEL BRAGA LOURENÇO

1.15 Anotações sobre a greve dos funcionários públicos e suas conseqüências jurídicas — LEONARDO GUSTAVO PASTORE DYNA

2. DOCTRINA INTERNACIONAL

2.1 O Acordo de Simplificação de Legalizações com a Argentina - MARIO J. A. OYARZÁBAL

2.2 Hierarquização de direitos fundamentais: a doutrina da posição preferencial na jurisprudência da Suprema Corte norte-americana — LETÍCIA DE CAMPOS VELHO MARTEL

2.3 Observância e aplicação dos Tratados Internacionais na Convenção - Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969— VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

3. JURISPRUDÊNCIA NA ÍNTEGRA

3.1 Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

3.1.1 Lei estadual — Inconstitucionalidade — Ocorrência — Norma que concede descontos na aquisição de medicamentos por idoso — Benefício que não está previsto em legislação federal ou na Constituição Federal — Indevida intervenção no domínio econômico — Ofensa ao princípio da livre iniciativa — Representação por Inconstitucionalidade 29/02 — Órgão Especial —TJRJ - rel. Des. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA

3.2 Tribunal Regional Federal da 4.º Região

3.2.1 Desapropriação — Interesse social — Indenização — Avaliação do bem que deve seguir critério único, considerado o momento em que houve missão na posse — Expropriado que apresenta título de propriedade — Dúvidas infundadas quanto a validade do registro imobiliário — Circunstância que não pode servir de impedimento ao levantamento da verba indenizatória — Critério da justa indenização que deve ser

obedecido, independentemente da destinação a que vier a ter a propriedade — ApCív
92.04.31426-5/PR – 4.º T. — TRF-4.º Reg. — rela. Juíza SILVIA GORAIEB